

APOZTILA

CAPACITAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APA DE GUADALUPE, PERNAMBUCO

MÓDULO IV
METODOLOGIAS DE MONITORAMENTO
DAS AÇÕES DO CONSELHO GESTOR
MAIO DE 2022



Desenvolvedor:



Realização:





PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS MARINHAS E COSTEIRAS – Projeto GEF-Mar

Grupo Banco Mundial
Global Environment Facility (GEF)
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)
Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
Governo do Estado de Pernambuco
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Ministério do Meio Ambiente
Governo Federal

CAPACITAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA DE GUADALUPE, PERNAMBUCO

REALIZAÇÃO

Área de Proteção Ambiental de Guadalupe
Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
Governo do Estado de Pernambuco

DESENVOLVIMENTO

Instituto SIADES- Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável
(Prestação de serviços de consultoria - Contrato n. 112/2021)

EQUIPE DESENVOLVEDORA DO PROJETO

Coordenadora Geral: Amanda Silveira Carbone
Conteudista: Samia Nascimento Sulaiman
Facilitadora: Sonia Maria Viggiani Coutinho
Apoio: Samella Marinho

GRUPO TÉCNICO/GESTOR DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

“Este trabalho foi elaborado com recursos do Termo de Compromisso com o IBAMA SEI 1777032 como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da Petrobrás em relação ao descarte de água de produção, conforme conteúdo constante do Processo IBAMA 02001.000128/2018-26.”



SUMÁRIO

Apresentação	8
Papel do monitoramento de ações no âmbito do Conselho Gestor	12
Metodologias para monitorar as ações	13
Papel do conselho gestor na avaliação do orçamento da APA e do relatório financeiro anual	25
Referências bibliográficas	27



Apresentação

Esta apostila é parte do projeto de Capacitação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, Pernambuco, conforme Contrato celebrado entre o Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) e o Instituto SIADES - Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável (Contrato nº 112/2021).

A APA de Guadalupe é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada pelo Decreto Estadual nº 19.635/1997. Considerando a recente renovação das instituições que fazem parte do Conselho Gestor da APA, composto por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, torna-se necessária a capacitação dos conselheiros, na busca pelo fortalecimento de suas competências e habilidades para a gestão compartilhada da APA de Guadalupe.

A capacitação dos conselheiros é prevista na Lei Estadual nº 13.787/2009, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC (Art. 35): “caberá ao órgão gestor do Sistema a iniciativa de estimular a gestão participativa das unidades de conservação e promover a capacitação e intercâmbio entre os gestores”.

O Conselho Gestor tem um papel fundamental na gestão participativa da APA e das Unidades de Conservação (UC) em geral. Sua competência passa, por exemplo, pelo acompanhamento da implementação do plano de manejo e do orçamento da APA, proposição e apoio ao desenvolvimento de ações e a busca pela compatibilização de interesses diversos (como aponta o Decreto Federal nº 4.340/2002, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e também apresenta as competências dos conselhos de UC e também o próprio Decreto Estadual nº 21.135/1998 que cria o Conselho Gestor da APA de Guadalupe).

Esta capacitação é composta por **quatro módulos (total de 32 horas)** (quadro 1). Esta apostila se refere ao conteúdo do Módulo IV desta capacitação.



Módulo I	Módulo II	Módulo III	Módulo IV	
Oficina I 8h	Oficina II 8h	Oficina III 8h	Oficina IV 4h	Oficina V 4h
Conceitual	Comportamental	Prático	Metodologias de monitoramento das ações do Conselho Gestor	
<ul style="list-style-type: none">- Conceitos básicos sobre conservação da biodiversidade e planejamento ambiental;- Por que criar espaços protegidos?- Áreas protegidas no Brasil e Unidades de Conservação/SNUC e SEUC;- Instrumentos de gestão de UCs: Plano de Manejo e Zoneamento;- Informações gerais sobre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com foco nas APAs;- Contexto da APA de Guadalupe - aspectos técnicos e legais- Potencialidades e desafios para o desenvolvimento sustentável na APA de Guadalupe- Gestão para resultados e ciclos de gestão.	<ul style="list-style-type: none">Cidadania, participação, organização comunitária e representatividade na gestão de UCs- Conselho Gestor: definições, importância e competências;- Pilares do conselho- Funcionamento do Conselho Gestor- Conselho Gestor e Competências dos conselheiros;- Habilidades essenciais e perfil de um conselheiro;- Estratégias de comunicação e mobilização social- Desafios comuns nas práticas de gestão participativa- Gerenciamento de conflitos- Vivências de solução de problemas em grupo;- Situação vivenciada nos exercícios x situações vivenciadas nos conselhos gestores (estudos de caso)	<ul style="list-style-type: none">- Estrutura de um plano de ação: planejamento, monitoramento e avaliação e execução- Elaboração do Plano de Trabalho do Conselho- Transformação de propostas em projetos realizáveis e elaboração de projetos para captação de recursos	<ul style="list-style-type: none">- Metodologias de monitoramento das ações do conselho- Papel do conselho gestor na avaliação do orçamento da APA	<ul style="list-style-type: none">Apresentação e Avaliação dos produtos produzidos pelas oficinas anterioresEncaminhamentos para a consolidação e início dos trabalhos do conselho gestor.



Sistematização da priorização de ações

- Plano de ação

Durante a oficina do Módulo 3, que contou com a participação de 26 pessoas, sendo 14 membros do Conselho Gestor e 12 participantes de instituições convidadas, foram discutidas as perguntas-chave de um plano de ação - onde estamos?, o que queremos alcançar?, por que e para que?, ações e tarefas, quem?, quando e em quanto tempo? - a partir do contexto da APA, retomando as proposições do Plano de Manejo e o que foi levantado nas dinâmicas participativas nas oficinas anteriormente (Muro das lamentações e Árvore dos sonhos). A partir das proposições contidas neste material, foi realizado um agrupamento de temas e, em seguida, foi feita uma priorização dos temas pela metodologia multicritério (quadro 1).

Quadro 1. Resultado da dinâmica por ordem de priorização.

Opções de ações	Pontuação
Articulação interinstitucional e parcerias	11,7
Valorização do nome da APA no território	11,4
Promover a normatização da escuta do conselho no processo de licenciamento ambiental	11,4
Educação ambiental/ capacitação / ações de conscientização	11,1
Captação de recursos/ suporte técnico e financeiro na APA	10,5
Ordenamento do turismo / implementação do ZATAN/ Resex Rio Formoso/ incentivo ao turismo histórico, rural e cultural e trilhas ecológicas e à prática de esportes aquáticos e de aventura / Implementação Projeto Orla	9,6
Fortalecer os Arranjos produtivos locais e turismo de base comunitária, agricultura familiar	9,2
Implementação e integração das agendas municipais de resíduos sólidos (logística reversa, economia circular) e de saneamento	9,2
Monitoramento, ampliação do conhecimento e conservação da fauna	8,7
Conservação e recuperação ambiental	8,7
Controle ambiental de APP, Áreas de Reserva Legal e ecossistemas em geral	8,5
11 – Fortalecer a fiscalização e monitoramento na APA (ex. plano de fiscalização – competências dos atores)	8,2



Este processo de priorização resultou na seleção de seis temas, que serão então objeto da elaboração de planos de ação:

- 1) Articulação interinstitucional e parcerias
- 2) Valorização do nome da APA no território
- 3) Promover a normatização da escuta do conselho no processo de licenciamento ambiental
- 4) Educação ambiental/ capacitação / ações de conscientização
- 5) Captação de recursos/ suporte técnico e financeiro na APA
- 6) Ordenamento do turismo.

Este processo foi iniciado pelo tema 1, cujos resultados parciais estão no quadro 2.

Quadro 2. Plano de ação do Conselho Gestor da APA de Guadalupe. Tema educação ambiental.

PLANO DE AÇÃO EDUCAÇÃO AMBIENTAL			
Objetivos	Atividades	Etapas	Responsáveis
	Criação de uma câmara técnica	Marcar uma reunião para oficializar criação da câmara técnica de educação ambiental e capacitação	Joab, Maria Helena, Valmir, Josenildo, Anderson, Thais e Tião
	Divulgar as ações de Educação Ambiental, ampliando os canais de divulgação	Site da CPRH e das prefeituras; Ongs e instituições ativistas que possuem muitos seguidores	
1. Dar continuidade do Circuito ambiental	Ampliar participação dos conselheiros		
2. Dar continuidade do Cine Guadalupe			
3. Agir para valorização da marca da APA no território		Atividade transversal	
4. Capacitar professores	Trazer novamente o Curso atualizado do CPRH de capacitação de professores	Listar as escolas, marcar uma conversa, preparar um material, propor um cronograma dentro de um projeto interdisciplinar, e das disciplinas da escola. Resgatar o material já existente.	
5. Realizar campanha de conscientização turistas e veranistas	Usar o centro de visitantes para sensibilização sobre a APA, projetos existentes	Projeção de filmes, palestras, exposições fotográficas	
	Apoiar o Projeto Cavalos Marinhos, Projeto rio limpo, mangue vivo, ou outra causa, como tartarugas marinhas, questões sobre os resíduos realizando campanhas de divulgação e sensibilização dos guias turísticos; donos de pousada, restaurantes, fotógrafos	Elaboração de material online, rádios, mutirões de limpeza, ecopontos,	
6. Apoiar os municípios na sensibilização da população sobre a coleta seletiva e existência dos ecopontos	Oficinas nas escolas e/ou comunidades	Listar as escolas/lideranças comunitárias, marcar uma conversa, preparar um material, propor um cronograma dentro de um projeto interdisciplinar, e das disciplinas da escola	



Papel do monitoramento de ações no âmbito do Conselho Gestor

Seguindo o Plano de Manejo e o Plano de ação do Conselho Gestor, é necessário monitorar o cumprimento dos objetivos do conselho e as tarefas previstas. Dessa forma, o MONITORAMENTO compreende um conjunto de atividades – articuladas, sistemáticas e formalizadas - de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas no processo de gestão do Conselho Gestor e de seu plano de ação, fornecendo elementos para avaliar se o conselho está sendo efetivo no desempenho de suas funções (previstas no Decreto nº 4.340/02 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC).

Esse diagnóstico é fundamental para uma avaliação sobre ações ou medidas em andamento e/ou concluídas de modo a subsidiar a tomada de decisão sobre continuidade, descontinuidade, modificação do que foi previsto para superar deficiências e amplificar êxitos. Esse balanço, compartilhado com o grupo, tem enorme potencial de aprendizado contínuo e propicia momentos de reflexão coletiva sobre os rumos tomados e os caminhos a seguir, assim como se tornam “um eficiente instrumento de motivação, uma vez que permite que ações do conselho sejam visualizadas por todos” (WWF, 2016, p. 38).

Mas o que deve ser monitorado? Quem vai monitorar? Quando? Quais as fontes e a periodicidade das informações a serem coletadas? A resposta a essas perguntas precisa ser desenhada pelos representantes do Conselho Gestor que definirão quais atividades do seu Plano de Ação serão acompanhadas e por quem, de que maneira e quando as informações sobre essas atividades serão obtidas e socializadas coletivamente para conhecimento e tomada de decisão sobre o andamento do plano de ação do Conselho Gestor.

Cabe, portanto, atrelar o monitoramento ao próprio plano de ação, relacionando metas, frequência de levantamento de informações, responsáveis e meios de verificação ou indicadores que mensurem quantitativa e qualitativamente a sua atuação, evidenciando sucessos e/ou insucessos. Esse processo de monitoramento e avaliação devem considerar a realidade da Unidade de Conservação e de seus conselheiros (Ver exemplo no Quadro 3).

De forma participativa e protagonista, os membros do conselho não são apenas fornecedores de informações mas, principalmente, responsáveis por construir a metodologia e verificar os resultados do monitoramento de modo a 1) avaliar o que não esteja funcionando para que seja revisado, 2) fortalecer e apoiar as iniciativas com bons resultados, assim como 3) elaborar novas propostas de melhorias das ações, fomentadas por atividades de capacitação do grupo.



Quadro 3. Monitoramento e Avaliação do Conselho Gestor da FLONA Tefé/AM.

FLORESTA NACIONAL DE TEFÉ/AM	
CONTEXTO	Monitoramento e Avaliação
<p>A Flona de Tefé foi criada em 1989 e tem cerca de 900 famílias, o que inclui tanto famílias do interior da UC quanto do entorno. Estas famílias têm como principal atividade de renda a produção de farinha de mandioca. Devido a limitações orçamentárias e de recursos humanos do órgão competente, a gestão começou a ter uma ação mais efetiva apenas em 2003, com o acesso às políticas de reforma agrária do Incra. Somente com a entrada de novos servidores, em 2009, foi possível iniciar a mobilização e a articulação para formação do conselho consultivo, embora tentativas iniciais tenham ocorrido desde 2007.</p>	<p>O conselho consultivo da Flona de Tefé se reúne ordinariamente três vezes por ano.</p> <p>O monitoramento do plano de ação é realizado a cada reunião, destacando ações realizadas e próximos procedimentos, compartilhando no grupo informações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">- quórum das reuniões,- número de participantes,- presença dos conselheiros,- documentos emitidos,- capacitações e intercâmbios realizados,- percentagem de ações planejadas/realizadas,- principais decisões tomadas,- pontos de pauta discutidos e GTs criados. <p>A avaliação geral do conselho é feita a cada término de mandato (a cada dois anos).</p> <p>A prestação de contas do recurso utilizado, bem como a avaliação e o planejamento das ações de gestão, são pautas da última reunião do ano.</p>

Fonte: Adaptado de WWF, 2016, p. 48.

O monitoramento, portanto, tem o propósito de subsidiar a gestão dos projetos, programas, ações do Conselho Gestor trazendo informações contínuas, simples e em quantidade adequada para a tomada de decisão. Para isso, é necessário definir indicadores que possam ser coletados, calculados e avaliados de tempos em tempos de modo a apoiar o Conselho sobre seguir, parar, readequar o que esteja em andamento. Há metodologias de monitoramento que dão suporte a esse processo.

Metodologias para monitorar as ações

Como visto no exemplo do quadro 3, o monitoramento e a avaliação de ações passa pela definição de metas e de indicadores. Os indicadores servem para medir a situação de um determinado assunto. Ele funciona como um termômetro, que indica a queda ou aumento de temperatura. No caso das UCs, permite avaliar as condições de processos socioambientais locais. Os indicadores podem ser tanto qualitativos, quando exigem uma descrição do tema, quanto quantitativos, por exemplo, número ou porcentagem.



Ao desenvolver indicadores, use os critérios SMART para orientar a conceitualização dos indicadores de desempenho. SMART é um acrônimo em inglês com o seguinte significado:

S	<i>Specific</i>	Específico	O que exatamente você quer alcançar? O indicador está claro ? Ele esclarece o que você quer acompanhar? (Uma única coisa)
M	<i>Measurable</i>	Mensurável	Pode ser avaliado o indicador de forma objetiva? Valores que te ajudem a mensurar se está alcançando a meta
A	<i>Achievable</i>	Alcançável	Quais passos você precisa dar para alcançar a meta? Pode ser atingido (ajuda o grupo no entendimento do que vai ser feito?)
R	<i>Relevant</i>	Relevante	Como este objetivo ajudará no seu projeto?
T	<i>Time-bound</i>	Definido no tempo	Pode ser medido no tempo ? Quanto tempo demorará para alcançar a meta?

Fonte: PM4NGOs. Project DPro: Guia de Gestão de Projetos para Profissionais de Desenvolvimento, 2020.

É interessante estabelecer tanto indicadores de processo quanto de resultado. São exemplos de indicadores de processo: atendimento da periodicidade de reuniões prevista no regimento interno; paridade entre setores governamentais e não-governamentais; frequência e assiduidade dos conselheiros nas reuniões (figura 1); comunicação entre os membros do conselho e apoio financeiro pelo órgão gestor às instituições da sociedade civil para garantia da participação nas reuniões, quando necessário (WWF, 2016).



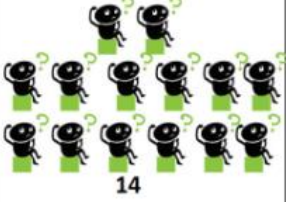
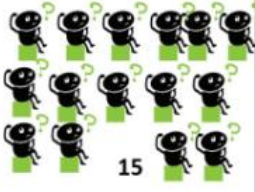
36 CONSELHEIROS			
Participou de 4 reuniões	Participou 3 reuniões	Participou de 2 reuniões	Participou de 1 reunião...
 1	 6	 14	 15

Figura 1. Exemplo de monitoramento: Tabela presença conselheiros-monitores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro (AM) nas últimas 4 reuniões.

Fonte: MARINELLI et al (2014), p. 80.

Os indicadores de resultados podem envolver, por exemplo: propostas e encaminhamentos produzidos pelo conselho; protagonismo dos setores e instituições na implementação das ações previstas no planejamento do conselho; acompanhamento e influência na execução orçamentária da UC; decisões e manifestações encaminhadas e devidamente respondidas pelos



órgãos públicos e instituições da sociedade; quantas e quais propostas estão sendo implementadas com apoio das instituições que compõem o conselho ou por outras instituições; suporte à tomada de decisão na UC e atendimento das expectativas dos conselheiros (WWF, 2016).

Para a análise dos indicadores, podem ser utilizados diversos formatos que indiquem um gradiente entre satisfatório e insatisfatório, concluído ou não concluído, etc. Por exemplo, atribuir ao indicador um desenho com um dia ensolarado para o que foi concluído, uma nuvem com sol (tempo nublado) para atividades que precisam de melhorias e chuva para aquelas não realizadas. As luzes de um semáforo também podem estabelecer este gradiente de implementação das ações e atendimento às atribuições do conselho (WWF, 2016). Pode-se ainda criar escalas de verificação como:

- Ação avançou () Ação está parada () Ação teve retrocesso
- Por quê?

Podem ser consideradas algumas questões no processo de construção de indicadores e para monitoramento e avaliação da efetividade do conselho, tais como (WWF, 2016):

- O conselho contribui para o alcance da situação desejada prevista no plano de ação?
- A atuação do conselho apoia a gestão da UC e a aplicação e aprimoramento de seus instrumentos?
- O conselho contribui para o alcance dos objetivos da UC, considerando a conservação da biodiversidade e o bem estar social?
- A atuação do conselho amplia a interação das instituições e dos conselheiros perante os setores representados?
- O conselho contribui para a ampliação da gestão democrática da UC?
- O conselho contribui para a criação de uma cultura de participação no contexto onde a UC está inserida?
- A atuação do conselho tem efeitos imprevistos, positivos ou negativos para a gestão da UC e sua área de influência?

Tomando-se como exemplo a ação de capacitar professores, poderemos ter os seguintes indicadores e metas (quadro 4).

Quadro 4. Exemplo de indicadores e metas para o plano de ação da APA de Guadalupe no tema Educação ambiental.

Objetivo/Ação previstas no Plano de Ação	Indicadores	Meta
Oferecer formação em Educação Ambiental para professores da rede pública de ensino	Número de professores inscritos	Ter a adesão de cerca de 100 professores
	Números de professores concluintes	Ter cerca de 70 professores concluintes



	Número de escolas municipais e/ou estaduais participantes	Envolver cerca de 50 escolas municipais e/ou estaduais
	Número de professores concluintes por escola	Ter ao menos 1 professor concluinte por escola
	Número de atividades de educação ambiental elaboradas pelos professores para os diferentes níveis da educação básica	Desenhar ao menos 10 atividades de educação ambiental para ensino infantil, fundamental e médio
	Número de disciplina eletiva sobre educação ambiental	Elaborar ao menos 1 disciplina eletiva para ser inserida no currículo escolar
	Projetos/ações de educação ambiental propostas pelos professores após a formação	Ter ao menos uma atividade/ação de educação ambiental por professor formado

É importante que os resultados desse monitoramento sejam compartilhados no conselho para avaliar o que tem e o que não tem funcionado bem para que possam ser pensadas estratégias para melhorar a efetividade das ações.

Uma sugestão é que o monitoramento do plano de ações se torne uma pauta fixa das reuniões do conselho. Em todas as reuniões pode ser um item de pauta o monitoramento do desempenho das ações propostas a partir dos indicadores selecionados no plano de ação. O interessante é que muitas pautas isoladas acabam coincidindo com a própria discussão do plano. Recomenda-se que a atividade aconteça no início da reunião, logo após os informes (MARINELLI et al, 2014). Podem ser utilizados também painéis de gestão para acompanhar os indicadores e, na ocasião das reuniões do conselho, complementar e ajustar o que for necessário e atualizar a matriz do plano de ação.

A seguir são apresentadas algumas ferramentas para o monitoramento da gestão de Unidades de Conservação.

1. Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC)

Uma ferramenta de apoio nesse processo é a criação de um Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), que serve para o conselho monitorar e avaliar a efetividade da gestão da UC.

O SISUC é uma metodologia de avaliação e monitoramento estratégico de UCs que tem como finalidade dar subsídios às instituições e representações sociais para apoiar os processos decisórios de gestão, fortalecer o debate, além de ampliar os conhecimentos sobre o território e fortalecer (MARINELLI et al, 2014). O SISUC foi desenvolvido pelo Instituto Socioambiental



(ISA) após consultas e debates que envolveram cerca de 300 pessoas de 77 organizações (governamentais e não-governamentais) dos diferentes setores da sociedade.

Esse sistema apresenta uma estrutura modular composta por um conjunto de indicadores agrupados em quatro temas: economia, sociocultural, meio ambiente e gestão (quadro 5) e que são aplicados a partir da obtenção de dados primários sobre a UC e obtidos por meio do conselho gestor (WWF, 2016).

Quadro 5. Conjunto de indicadores do SISUC.

Indicadores econômicos				
1 - Comercialização da produção agroextrativista	2 - Demanda de autorização/licença para produção agroextrativista	3 - Oferta de produtos do agroextrativismo	4 - Benefícios socioeconômicos da transferência de renda para participação na conservação	5 - Consumo de mercadorias externas pelos moradores da UC
Indicadores socioculturais				
6 - Acordos e práticas comunitárias de manejo de recursos naturais	7 - Segurança alimentar	8 - Satisfação sobre a vida na UC	9 - Saúde da população residente na UC	10 - Segurança dos moradores sobre seus modos de vida tradicionais*
11 - Flutuações da população humana residente na UC	12 - Envolvimento de jovens na organização de eventos e festas tradicionais	13 - Mobilização de organizações sociais		
Indicadores ambientais				
14 - Monitoramento comunitário do uso de recursos naturais	15 - Práticas (tradicionais ou tecnológicas) de manejo de recursos naturais	16 - Impactos das mudanças climáticas sobre o meio ambiente	17 - Situação dos estoques dos recursos naturais explorados	18 - Situação da biodiversidade
19 - Esforços para exploração/obtenção de	20 - Iniciativas de recuperação ambiental			



recursos naturais				
Indicadores de gestão				
21 - Iniciativas não-governamentais de apoio a gestão	22 - Distribuição de esforços entre temas ou programas de manejo	23 - Divulgação de informação sobre a UC aos afetados pela gestão	24 - Alinhamento entre as ações de gestão e as prioridades da UC	25 - Decisões do Conselho Gestor
26 - Conflitos entre usuários e a gestão da UC	27 - Formalização de organizações locais	28 - Iniciativas integradas de gestão e de gestão territorial	29 - Efeito das políticas externas sobre os objetivos da UC	

Fonte: MARINELLI et al (2014).

Para saber mais, acesse:

Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação da Amazônia Brasileira (MARINELLI, 2011, p. 7-9).



2. A Metodologia Padovan (PADOVAN, 2001)

É uma ferramenta para avaliar o alcance do manejo sustentável de Unidades de Conservação. Se baseia nas dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica e institucional.

Na dimensão ambiental são avaliados aspectos relacionados à biodiversidade e a diversidade cultural relevantes da região e as condições da UC em relação à viabilidade ecológica. A dimensão social aborda as estratégias da UC para a integração com as populações de dentro e do entorno, assim como a relação da sociedade com a área protegida. Já a dimensão econômica/financeira avalia os benefícios decorrentes da implantação da UC para as comunidades de dentro e/ou do entorno da área, e a disponibilidade dos recursos financeiros necessários ao manejo adequado. No âmbito institucional são avaliados os fatores relacionados ao planejamento, à legislação, infraestrutura, equipamentos, recursos humanos e demais aspectos que influenciam no manejo (LEDERMAN e ARAÚJO, 2012).

A ferramenta se estrutura em princípios (condição relevante e indispensável para alcançar o objetivo e refletem o “estado desejado”), critérios (elementos essenciais ou o conjunto de condições que possibilitam avaliar o manejo) e indicadores (mensuração dos critérios). A estrutura pode ser ajustada conforme o contexto analisado.



Utiliza-se um protocolo de medição que estabelece para cada indicador uma escala de valoração, onde o menor nível equivale a zero - Insatisfatório e o nível ótimo corresponde a quatro, ou Muito Satisfatório (figura 2).

PONTUAÇÃO	% DO ÓTIMO	SIGNIFICADO
0	< 35	Insatisfatório
1	36-50	Pouco satisfatório
2	51-75	Regular
3	76-89	Satisfatório
4	90-100	Muito satisfatório

Figura 2. Escala de valoração utilizada na avaliação do manejo, segundo a metodologia Padovan.

Fonte: LEDERMAN e ARAÚJO, 2012, p. 125.

A publicação “Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação” (2012) traz em seu Anexo 1, na íntegra, o conjunto de princípios, critérios e indicadores propostos por essa metodologia. O quadro 6 traz os critérios e indicadores referentes ao Princípio 6 - A unidade de conservação conta com os recursos financeiros necessários ao manejo, de forma ilustrativa.

Quadro 6. Exemplo do Princípio 6 da tabela de Âmbitos, princípios, critérios e indicadores para avaliação do manejo de unidades de conservação - Metodologia Padovan.

Âmbito	Princípios	Crítérios	Indicadores
Econômico /financeiro	A unidade de conservação conta com os recursos financeiros necessários ao manejo	6.1. Se conhecem os custos reais do manejo da área	6.1.1. Mecanismos de organização da informação de gastos e receitas.
		6.2. A unidade de conservação conta com recursos financeiros suficientes para cobrir os custos do manejo.	6.2.1. As receitas da UC cobrem os custos do manejo.
		6.3. As fontes de financiamento são adequadas e diversas para assegurar o manejo em longo prazo.	6.3.1. Estratégias para obter recursos financeiros suficientes e diversas. 6.3.2. Venda de bens e serviços aos usuários diretos da UC. 6.3.3. Venda de serviços ambientais.



		6.4. Os mecanismos de gestão financeira são adequados e eficientes.	6.4.1. Capacidade de manejo financeiro institucional. 6.4.2. Transferência de recursos financeiros ajustada ao solicitado. 6.4.3. Os recursos gerados são aplicados na melhoria do manejo da UC. 6.4.4. Mecanismos de controle e auditoria.
--	--	---	--

Fonte: WWF/IPÊ (2012).

Para saber mais:

Metodologia Padovan - Âmbitos, princípios, critérios e indicadores para avaliação do manejo de unidades de conservação. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação (WWF/IPÊ, 2012, p. 130-134).



3. Tracking Tool

O WWF desenvolveu, em parceria com o Banco Mundial, a ferramenta “Como Relatar Avanços nas Unidades de Conservação”, conhecida como Tracking Tool, aplicada em mais de 200 áreas protegidas, em 34 países (ARAÚJO, 2007; LEDERMAN e ARAÚJO, 2012).

A ferramenta Tracking Tool é composta por um conjunto de indicadores que permite avaliar o desempenho da UC em relação a diversos aspectos: contexto, planejamento, insumos, processos, resultados e impactos.

Cada indicador é qualificado a partir de uma escala simples que varia de 0 - pior cenário a 3- cenário ótimo. Considerando um conjunto de 30 questões, seria possível uma pontuação máxima de 90 (30 x 3). Vemos na figura 3 um exemplo de indicador de processo e as possibilidades de pontuação.



QUESTÃO	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Conselho	A unidade de conservação não possui conselho instituído.	0
A unidade de conservação possui conselho funcionando?	O conselho da unidade está em processo de formação.	1
	A unidade possui conselho legalmente constituído, porém a participação dos membros não é efetiva ou representa parcialmente o conjunto de atores sociais interessados.	2
	A unidade possui conselho legalmente constituído, representativo dos diferentes setores, e a participação dos membros é efetiva.	3

Figura 3. Exemplo de Indicador de processo: Existência de conselho consultivo - Tracking Tool.

Fonte: LEDERMAN e ARAÚJO, 2012, p. 126.

A avaliação resulta em uma alta, média ou baixa efetividade de gestão da UC. Assim, se no processo de avaliação a nota obtida foi de 45 pontos, a efetividade de gestão será considerada média, pois terá sido de 50% ($45 \text{ (pontos obtidos)} / 90 \text{ (pontuação máxima)} \times 100$) (figura 4).

PERCENTAGEM	SIGNIFICADO
> 60%	Efetividade de Gestão Alta
40 a 60%	Efetividade de Gestão Média
< 40%	Efetividade de Gestão Baixa

Figura 4. Interpretação dos resultados de aplicação da metodologia a partir do parâmetro de efetividade da gestão.

Fonte: LEDERMAN e ARAÚJO, 2012, p. 126.



4. Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação (RAPPAM)

O método de avaliação rápida e priorização do manejo de unidades de conservação – Rappam (*Rapid Assessment and Priorization of Protected Areas Management*), desenvolvido pela WWF entre 1999 e 2002 como ferramenta para a gestão de UCs, já foi aplicado em diversos países do mundo e, no Brasil, já foi instrumento para mais de 500 UCs nas últimas duas décadas (WWF, 2016).

A avaliação se baseia na aplicação de um questionário contendo: a) os cinco elementos do ciclo de gestão e avaliação (contexto – que inclui perfil da unidade e pressões e ameaças – planejamento, insumos, processos e produtos da gestão); e b) em questões ligadas ao sistema de unidades de conservação.

Utiliza-se uma escala de valoração que é dada pelas opções sim (s), predominante sim (p/s), predominante não (p/n) e não (n) (quadro 7).

Quadro 7. Avaliação de alguns parâmetros do elemento Insumos pela ferramenta Rappam.

Recursos financeiros					
Resumo da questão	Questão/indicador	Escala			
		s	p/s	p/n	n
Histórico de recursos	12a) Os recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC				
Previsão de recursos	12b) Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC.				
Práticas de administração	12c) As práticas de administração financeira propiciam a gestão eficiente da UC				
Alocação de recursos	12d) A alocação de recursos está de acordo com as prioridades e os objetivos da UC.				
Perspectiva financeira	12e) A previsão financeira a longo prazo para a UC é estável.				
Capacidade de captação	12f) A UC possui capacidade para a captação de recursos externos.				

Legenda:

s - Sim

p/s - Predominantemente sim

p/n - Predominantemente não

n – Não

Fonte: Adaptado de WWF (2016) e WWF/IPÊ (2012).



Para saber mais:

Questionário RAPPAM utilizado em unidades de conservação federais da Amazônia e estaduais do ARPA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia) (WWF 2016, p. 76-83).



5. Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGe

O Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe) é uma ferramenta de análise e monitoramento de gestão das Unidades de Conservação das diversas esferas administrativas desenvolvido pela Divisão de Monitoramento e Avaliação de Gestão do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). O SAMGe proporciona a elaboração de um painel dinâmico sobre a UC a partir da adaptação de indicadores de Resultados, Produtos e Serviços, Contexto, Planejamento, Insumos e Processos propostos pela UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) (ICMBio, s/d).

A APA de Guadalupe utiliza esse recurso e, com isso, é possível ter acesso anual a uma análise das ações e instrumentos de gestão da APA. Para 2021, dentre os resultados obtidos, observa-se que a gestão apresenta moderada efetividade e precisa fortalecer sua atuação em aspectos como proteção ambiental (figuras 5 e 6).

PROCESSO	AÇÃO DE MANEJO
Visitação e Turismo	Monitorar a Visitação
Monitoramento da Biodiversidade	Realizar ações preparatórias do monitoramento da biodiversidade
Educação Ambiental	Elaborar Programa/Plano de Educação Ambiental
Educação Ambiental	Implantar ações de Educação Ambiental
Visitação e Turismo	Planejar e Ordenar o Uso Público
Proteção	Realizar a fiscalização
Reconhecimento e inclusão social e produtiva de populações tradicionais	Apoiar a inclusão social e produtiva por meio de políticas públicas
Comunicação e Articulação	Organizar e participar em eventos
Gestão Participativa e Integração com a População Local e do Entorno	Avaliar e monitorar o Conselho Gestor
Produção e Uso Sustentável	Implementar ações voltadas ao manejo de fauna e pesca
Manejo de Espécies e Habitats para Conservação	Planejar ações de manejo de espécies ou habitats
Educação Ambiental	Implantar ações de Educação Ambiental

Figura 5. Avaliação das ações de manejo/gestão na APA de Guadalupe – Painel SAMGe, 2021.

Fonte: ICMBio (2021).

Legenda:

Positivo	
Moderado	
Negativo	

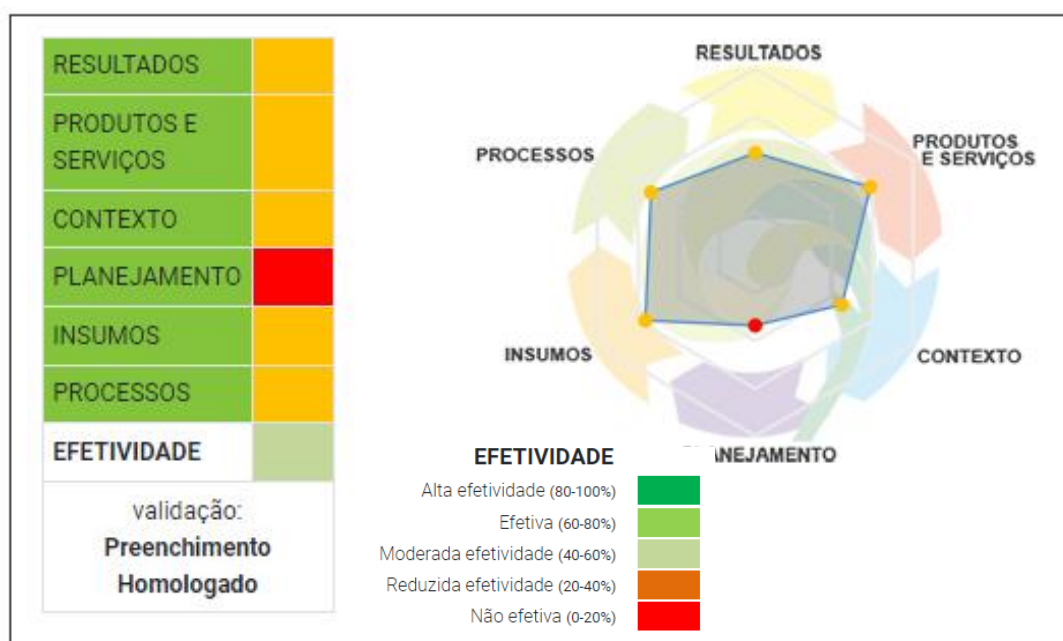


Figura 6. Efetividade de gestão na APA de Guadalupe – Painel SAMGe, 2021.

Fonte: ICMBio (2021).

Acesse o Relatório de Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe para a APA de Guadalupe (2021):



Acesse o Painel de Gestão SAMGE -2021 – APA de Guadalupe (2021):



A partir das ferramentas de avaliação e monitoramento de gestão de Unidades de Conservação trazidas, é possível perceber que há diversas possibilidades de aplicação. Um caminho pode ser a seleção de indicadores que sejam mais aplicáveis à realidade da APA para uma análise mais ampla da efetividade de sua gestão e outro pode ser a criação de novos indicadores específicos para os desafios que se apresentam no território e que se materializaram no plano de ação, utilizando essas metodologias apenas como inspiração, especialmente no que diz respeito à escolha de escalas de análise e parâmetros.

Sugere-se a divulgação dos resultados do monitoramento por meio de boletins com resultados resumidos nas reuniões do Conselho Gestor. Esse boletim pode trazer as principais discussões, resultados e encaminhamentos da última reunião, auxiliando na comunicação entre conselheiros e setores que representam.



Papel do conselho gestor na avaliação do orçamento da APA e do relatório financeiro anual

Uma fonte importante de recursos para as Unidades de Conservação pode se dar pela Compensação Ambiental, que é um instrumento de proteção ambiental previsto na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e, no caso do estado de Pernambuco, na lei Estadual nº 13.787/2009, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Trata-se de um mecanismo financeiro de responsabilização pelo significativo impacto ambiental causado ao meio ambiente por determinados empreendimentos, assim identificados no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Nesses casos, embora o empreendedor seja obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral, poderá também, em virtude de interesse público, que essa obrigação seja cumprida em Unidades de Conservação (UCs) de posse e domínio públicos do Grupo de Uso Sustentável, como, por exemplo, uma APA.

Cabe à CPRH, de acordo com o Regimento da Câmara Técnica de Compensação Ambiental (CTCA), definir as unidades de conservação a serem beneficiadas com os recursos da compensação, podendo, inclusive, ser contemplada a criação de novas UCs.

Mas, havendo recursos direcionados à Unidade de Conservação, segundo o Decreto Federal nº 4.340/2002, art. 20, “ Compete ao Conselho Gestor (...) V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação(...)”

Neste sentido, o Regimento Interno da APA de Guadalupe dá competência à Plenária para, entre outras atribuições: “V – encaminhar propostas e acompanhar o orçamento da APA em relação aos objetivos específicos da Unidade, especialmente no que se refere à fiscalização, bem como a aplicação dos recursos provenientes de compensação ambiental e de outras fontes; VI – conhecer o relatório anual de atividades da APA, elaborado pela equipe gestora; VII – fomentar a captação de recursos financeiros, materiais e humanos (art. 9º)

A análise orçamentária pode ser realizada por meio do plano de sustentabilidade econômica, avaliando-se se os recursos financeiros foram aplicados sem desperdício e atendendo às prioridades definidas por gestores(as), técnicos(as) da UC e conselho consultivo. Como critérios de avaliação, pode-se utilizar critérios financeiros e/ou “ambientais” (ou seja, avaliar o quanto o orçamento serviu à manutenção e à recuperação da APA).

O GEF Mar - Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas é um projeto coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente financiado com recursos do GEF, por meio do Banco Mundial, e tem o FUNBIO como gestor financeiro. Em outubro de 2018, o projeto recebeu aporte de recursos provenientes do Termo de Compromisso entre Petrobras e IBAMA, como parte da



compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da empresa em relação ao descarte de água de produção. A iniciativa tem entre os principais objetivos, buscar mecanismos para a sustentabilidade financeira das unidades de conservação marinhas e costeiras do Brasil. Até o momento o GEF Mar apoia 30 unidades de conservação (UCs). Para o período de 2022/2023, tem-se o Plano Operativo de Aplicação - POA, de recursos GEF-Mar, para a APA de Guadalupe (quadro 8).

Quadro 8. Plano Operativo de Aplicação – POA 2022-2023 / GEF-MAR – APA de Guadalupe.

Processo	Valor planejado
Plano de Manejo e Gestão de Conflitos	R\$ 0,00
Proteção	R\$ 50.000,00
Consolidação de limites	R\$ 0,00
Gestão Participativa e Integração com a População Local e do Entorno	R\$ 146.550,00
Visitação e Turismo	R\$ 85.000,00
Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade	R\$ 50.000,00
Manejo de Espécies e Habitats para Conservação	R\$ 0,00
Equipamentos e infraestrutura	R\$ 114.353,00
TOTAL	R\$ 445.903,00



Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272p

ICMBio. **Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGE**. Disponível em: <http://samge.icmbio.gov.br/#projeto> Acesso em 10 mai. 2022.

ICMBio. **Painel de Gestão SAMGE -2021 – APA de Guadalupe**. Disponível em: <http://samge.icmbio.gov.br/Samge/926/2021/Painel> Acesso em 10 mai. 2022.

ICMBio. **Relatório de Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe para a APA de Guadalupe, 2021**. Disponível em: <http://samge.icmbio.gov.br/Samge/926/2021/Relatorio> Acesso em 10 mai. 2022.

LEDERMAN, M. R.; ARAÚJO, M. A. R. Avaliação da efetividade do manejo de Unidades de Conservação. In: **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012, p. 119-129.

MARINELLI, C. E. **De olho nas unidades de conservação: Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação da Amazônia Brasileira** / Carlos Eduardo Marinelli. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

MARINELLI, C.E.; CARLOS, H.S.A.; BOCCHINI, A.G. **Manual do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC)**. Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC). Brasília-DF. 4a edição, 2014, 104p.

PADOVAN, M. P. **Formulación de um estándar y um procedimiento para la certificación del manejo de áreas protegidas**. Tesis Mag. Scientiae. CATIE. Turrialba, Costa Rica. 2001. 229p

WWF. **Avaliação da Gestão das Unidades de Conservação: Métodos RAPPAM (2015) e SAMGE (2016)**. 1ª Ed. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DMAG/WWF-Rappam_SAMGe_2015_V1.pdf Acesso em 02 mai. 2022.

WWF. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Ciclo de gestão de conselhos de unidades de conservação**. / WWF- Brasília: WWF-Brasil, 2016.

WWF/IPÊ. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf Acesso em 07 mai. 2022.



ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DE
GUADALUPE